

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/37154	49401/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



DESPACHO

Processo: 42939/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Segurança e salubridade das edificações

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Obras de conservação/reparação de fachada

Local da obra: Rua Padre Luís Portela, n.º 29 – Bloco B, U. F. de Maximinos, Sé e Cidade, Braga Portugal

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/34376 de 21 de Outubro de 2025.

RESOLUÇÃO

Concordo com a informação da Agente Fiscalizadora, datada de 16.10.2025.

Assim, proponho a notificação da Administração de Condomínio para, no prazo de 30 dias úteis, diligenciar pela conservação/reparação da fachada lateral do prédio que administra, em especial da varanda do 2.º, por forma a salvaguardar a segurança de pessoas e bens, nos termos que seguem:

“De acordo com o artigo 89.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na sua redação atual, a Câmara Municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança, de salubridade e ao arranjo estético, bem como ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, sendo o proprietário, perante o Município, o único responsável pela realização das mesmas.

Dado o estado em que se encontra a fachada lateral do prédio, em especial a varanda do 2.º andar, e com vista a serem repostas as condições de segurança no local, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual, é intenção deste Município ordenar a execução de obras de conservação, pelo que dispõe V.Exa. do prazo de 10 dias úteis para se



pronunciar, por escrito, acerca de tal intenção, conforme os artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), na sua redação atual.

Findo o prazo, sem que V. Exa se pronuncie, presume-se a aceitação do presente projeto de decisão, convertendo-se automaticamente em decisão final, dispondo, a partir daí, do prazo de 30 (trinta) dias úteis para executar as obras/trabalhos em causa, sob pena de execução coerciva por parte do Município, a expensas de V. Exª.

Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais, nos termos do RJUE, na sua redação atual e do CRMB.

Caso preveja ocupação da via publica deverá solicitar a respetiva licença.

Alerta-se V. Exa. para a responsabilidade civil e criminal que lhe possa advir, caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.”

À consideração superior.

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

